

Tecnologias e permanência de jovens na agricultura: uma análise dos agricultores familiares do Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE)

Lídia Cruzetta Monteiro¹

Claudio Alcides Jacoski²

Odilon Luiz Poli³

Resumo

Este artigo visa acompanhar a questão do problema das tecnologias inovadoras que foram implantadas nas propriedades dos agricultores familiares, bem como, no modo de escoamento da produção, após a inserção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), usando como local de estudo a cidade de São Lourenço do Oeste em Santa Catarina. Na pesquisa fez-se uma análise do resultado da implantação das tecnologias para o atendimento ao PNAE como incentivo à permanência do jovem no campo. Buscou-se entender quais as contribuições das inovações nas propriedades para o fortalecimento e a continuidade da agricultura familiar, bem como, para o desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa e um estudo de campo com entrevistas semiestruturadas, com os agricultores familiares cadastrados no PNAE de São Lourenço do Oeste-SC no ano de 2018. Os resultados identificam quais as inovações implantadas para atendimento do PNAE, bem como, quais as contribuições destas para a continuidade e fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Tecnologias Inovadoras, Políticas Públicas, Agricultura Familiar.

Abstract

This article aims to follow the problem of innovative technologies that have been implanted in the properties of family farmers, as well as, in the mode of production drainage, after insertion into the National Food Program for Schools (PNAE), using as study site the city of São Lourenço do Oeste in Santa Catarina. In the research it was made an analysis if the technologies implanted to attend to the PNAE serve as incentive for the permanence of the young person in the field. We sought to understand the contributions of innovations in properties, to the strengthening and continuity of family agriculture, as well as to sustainable development. The methodology used was characterized as a qualitative research and a field study with semi-structured interviews, with the family farmers registered in the PNAE of São Lourenço do Oeste-SC in the year 2018. The results identify which innovations were implemented to attend the PNAE, as well as, what their contributions are to the continuity and strengthening of family farming and to sustainable development.

Keywords: Innovative Technology, Public Policies, Family Farming.

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração - Unochapecó. lidia.monteiro@unochapeco.edu.br

² Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração - Unochapecó. claudio@unochapeco.edu.br

³ Doutor em Educação (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração - Unochapecó. odilon@unochapeco.edu.br

1 Introdução

A economia brasileira foi dominada do ano 1950 até o final da década de 1970 pela forte ideia da industrialização. Com a ditadura militar no governo, foi iniciada no final da década de 1960 uma política estatal que promoveria a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira, com início na década de 1970 (BRASIL, 2010).

No espaço rural, esta produção industrial adquiriu a forma dos pacotes tecnológicos da revolução verde no Brasil, durante as décadas 1960 e 1970 a prioridade do subsídio de créditos agrícolas foi estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola, como a compra de tratores, herbicidas e fertilizantes químicos, e a agricultura direcionada para exportação (MOREIRA, 2000).

A coletânea de artigos Brasil Rural em Debate, Brasil (2010, p. 36) relata algumas características da modernização conservadora da agricultura brasileira:

(1) o crédito agrícola subsidiado se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária (houve uma queda do número de estabelecimentos com menos de 50 ha); (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/ preços dos produtos alimentares, provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamou de “complexo agroindustrial”, a montante e a jusante, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também conhecido como de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) é impensável sem a conjuntura internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e (6) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas.

A agricultura familiar acompanha a sociedade há décadas, entretanto só começou a ser valorizada no Brasil por volta dos anos 1990, quando houve o despertar do interesse público para este setor. A partir desse período, houve a criação de políticas públicas favoráveis ao setor, focando no equilíbrio da dimensão econômica, social e ambiental, e tendo em vista um desenvolvimento rural sustentável (WANDERLEY, 2001, p. 405).

Para Oliveira, Gazolla e Schneider (2011) não restam dúvidas que o papel da ciência e da tecnologia é fundamental para que a humanidade consiga fazer frente ao desafio de alimentar

uma população que se estima em 9 bilhões de habitantes em 2050. Apesar das críticas a esse modelo, principalmente aquelas no que se refere a algumas inadequações para a agricultura familiar, pouco foi gerado até agora com vistas a um modelo alternativo que fosse além das propostas de adequação/adaptação de tecnologias ou de valorização dos conhecimentos tradicionais.

Para Silva (2013), ainda há necessidade de políticas que considerem: os conhecimentos próprios do produtor; insumos de qualidade correspondentes; atenção às mulheres e aos agricultores jovens; fortalecimento das organizações cooperativas e acesso à terra, a água e ao crédito. O autor observa que estas ações ajudarão os agricultores alcançarem seu potencial.

El Tugoz *et al.* (2017) observa que, para a agricultura familiar funcionar adequadamente, é de grande importância que o Estado sancione políticas públicas que tratam da inserção dos agricultores no mercado e na produção de alimentos para o abastecimento e desenvolvimento local.

Para dar apoio a este setor, criou-se, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Lei Federal n. 11.947, de 16 de junho de 2009, que prevê que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, de empreendimentos familiares rurais ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Kischener, Kiyota e Perondi (2015) constataram em suas pesquisas no sudoeste do Paraná que por diversos motivos aquela população analisada em torno de 32% das famílias apresentam o desejo de morar na cidade. A partir deste dado, os autores questionam sobre o futuro da agricultura familiar de pequeno porte econômico na região sudoeste do Paraná e no país, desafiando os pesquisadores a realizar novos estudos sobre o processo de sucessão geracional em busca de subsídios para o enfrentamento dessa problemática na agricultura brasileira.

Com base no conteúdo supracitado origina-se como problema de pesquisa: Quais tecnologias foram implantadas nas propriedades dos agricultores familiares, bem como, no modo de escoamento da produção após a inserção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em São Lourenço do Oeste-SC, e se o PNAE serve de incentivo para a permanência do jovem no campo? O principal objetivo desta pesquisa é analisar as inovações ocasionadas nas propriedades dos agricultores familiares e no modo de escoamento da produção após a inserção

destes ao PNAE. Buscando entender quais as contribuições destas inovações para o fortalecimento e continuidade da agricultura familiar pelos sucessores destes agricultores, bem como, para o desenvolvimento sustentável.

2 Agricultura Familiar, modernização da agricultura e linhas de créditos para custeio e investimentos

Mera e Didonet (2010) afirmam que as implantações de políticas públicas para a agricultura iniciaram a partir de 1965, pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural que tinha por objetivo propiciar aos agricultores linhas de crédito acessíveis e baratas, a fim de viabilizar o investimento e a modernização do setor. Em um ambiente de crescente inflação, a maior parte do crédito agrícola na década de 1970 e no início dos anos 1980 fez com que os empréstimos tivessem taxas de juros reais negativas, significando que o crédito agrícola era concedido com subsídio para o setor agrícola. A partir da década de 1990, com o Estado destinando cada vez menos recursos para o setor agrícola, e as consequências negativas da modernização agrícola beneficiando alguns produtos e regiões, principalmente os relacionados à exportação, começa a ocorrer a falência do sistema de crédito rural como fonte tradicional de recursos para agricultura.

Moreira (2000) descreve que a crítica posta ao modelo da Revolução Verde e à modernização tecnológica socialmente conservadora se desenvolve, em três componentes:

- O primeiro leva em conta a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios, e advoga um novo requisito à noção de desenvolvimento herdada: o de prudência ambiental. Desta crítica emergem tanto os movimentos de agricultura alternativa, como aqueles centrados nas noções de agricultura orgânica e agroecológica, e sugerem as discussões dos impactos da engenharia genética e da utilização de matrizes transgênicas em práticas agropecuárias e alimentares.

- O segundo componente expressa-se na crítica social da Revolução Verde por demais visível em suas facetas conservadoras e nas denúncias de empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural urbano, esvaziamento do campo, sobre exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade.

- O terceiro componente da crítica à revolução verde é de natureza econômica: a elevação de custos associada às crises do petróleo dos anos 70 se desdobra na agricultura

brasileira como um processo de elevação de custos do pacote tecnológico. A crise financeira obrigou a uma redução significativa dos subsídios de crédito. Em termos econômicos, alguns estudos ressaltavam que o modelo da revolução verde implicava, na conjuntura que se seguia àquelas crises, custos produtivos crescentes devido à escassez de recursos naturais daquela matriz energética, ao uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos e à deterioração dos recursos de solo, água e condições de clima das produções agrícolas – enchentes, secas, inundações, ondas frias etc.

Ressalta-se que em 2017 ocorreu o novo censo agropecuário, que nos permite conhecer e quantificar o que é produzido na lavoura, na pecuária e na agroindústria brasileira. Segundo dados preliminares do censo no Brasil num total de 1,6 milhão de estabelecimentos agropecuários que cultivam o milho em grão, foram produzidas 91 milhões de toneladas. O censo agro 2017 apresentou também a quantia de 7,2 bilhões de pés de café existentes e uma produção de 47,7 mil toneladas de café torrado. 104 milhões de toneladas de soja em grão produzida em mais de 236 mil estabelecimentos agropecuários. 172 milhões de cabeças de gado, totalizando a produção de 30 bilhões de litros de leite de vaca e 316 mil toneladas de queijo e requeijão. Também apresentou a quantidade de 1,45 bilhão de cabeças de aves (galinhas, galos, frangos) e a produção de ovos atingiu 4,7 bilhões de dúzias (IBGE, 2017).

A criação do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um dos eventos importantes na esfera das políticas públicas para o meio rural, com foco nos agricultores familiares. Esta política oportunizou o reconhecimento, as particularidades e necessidades dos agricultores familiares que, até então, estavam excluídos do cenário das políticas governamentais. Com a intenção de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado, apresentando, ao menos teoricamente, um viés de desenvolvimento abrangente e incluyente, em que as especificidades e necessidades dos agricultores familiares tendem a ser reconhecidas e consideradas para a promoção do desenvolvimento rural (RESENDE; MAFRA, 2016).

O Pronaf surge em meio à pauta de reivindicações da política agrícola dos agricultores familiares, com o objetivo de proporcionar alternativas para estes produtores que, a partir da década de 1970, vivenciam um processo de concentração de suas atividades em uma ou duas culturas. Este programa passou a financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem rendas aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o financiamento possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre

os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (MERA; DIDONET, 2010).

Entretanto, segundo Gazzola e Schneider (2013, p. 63) geralmente, os financiamentos tanto das linhas do crédito de custeio, quanto nas de investimento, ainda não visam estimular as pequenas produções, criações e diversificação rurais como estratégias relevantes de reprodução social das famílias. Na maioria das vezes, visam a inserção mercantil e a produção de grãos e *commodities* agrícolas. Deixando as pequenas propriedades como consequências secundárias. Portanto, no futuro será necessária uma visão mais ampla e sistêmica, capaz de abranger também as outras dimensões da agricultura familiar, como a ambiental, as aspirações dos membros do grupo familiar, as estratégias individuais e coletivas da família, as pequenas produções não mercantis e de alimentos básicos, a produção para autoconsumo, a pluriatividade, a segurança alimentar e nutricional, a agregação de valor aos alimentos.

Ainda no consentimento dos autores Gazzola e Schneider (2013) estas mudanças no Pronaf estariam fortalecendo também o próprio grupo familiar, que é a célula básica de reprodução social e econômica. Estaria assim mais alinhado com outras políticas públicas de desenvolvimento rural que têm foco nos agricultores familiares. Por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) onde estabelece por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que do valor gasto com a alimentação escolar, no mínimo 30% dos alimentos deve ser proveniente da agricultura familiar (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2013).

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (BRASIL, 2018).

A linha de crédito disponível está dividida em 12 subgrupos que são: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; O Pronaf Floresta; Já o Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte; Microcrédito Rural (BRASIL, 2018).

3 Novidades para a agricultura familiar na contemporaneidade e a sucessão geracional das propriedades agrícolas

Conforme descreve Gazolla (2014) atualmente quando se aborda o tema tecnologia e inovação com ênfase no desenvolvimento rural, fala-se em estudos na área de desenvolvimento rural para compreender as novas atividades, práticas e inovações desenvolvidas pelos agricultores.

Gazolla (2014) descreve ainda que as características principais dessa perspectiva é entender a capacidade de ação dos agricultores e a possibilidade de novidades surgirem das suas práticas, conhecimentos e dos recursos locais. Esta perspectiva coloca os diferentes tipos de conhecimentos existentes, tais como: tácito, científico, contextual, educação formal, entre outros, num mesmo nível de importância para a construção e evolução das experiências de desenvolvimento rural. O autor comenta ainda que anteriormente, na fase da modernização da agricultura isso não era aceito, pois os conhecimentos externos as unidades de produção e científicos eram consideradas mais importantes para os processos de geração-difusão-incorporação de tecnologias agropecuárias (GAZOLLA, 2014).

Os agricultores familiares desempenham um papel importante nos circuitos locais de produção e comercialização, sendo indispensáveis à diversificação das economias regionais. A preservação dos recursos naturais está enraizada na lógica da agricultura familiar que buscam salvaguardar a biodiversidade, contribuir para a adoção de dietas mais equilibradas que resultam em benefícios para a saúde dos consumidores e preserva cultivos tradicionais descartados pela produção em grande escala (SILVA, 2013).

Segundo Oliveira, Gazolla e Schneider (2011) apesar dos significativos avanços científicos e tecnológicos relativos à produção agropecuária e de nossa capacidade de aumentar a produção e a produtividade agrícola, estivemos pouco atentos, principalmente durante o auge do projeto modernizante da agricultura, às indesejadas consequências sociais e ambientais de nossas realizações.

Oliveira, Gazolla e Schneider (2011) Fazem uma abordagem sobre o tema “produção de novidades” (*novelty production approach*). Essa abordagem, focaliza o processo de inovação e produção de conhecimentos na agricultura como resultado do processo de busca de soluções viáveis aos problemas diários com que os agricultores se defrontam e para os quais procuram criar e inventar novas e melhores maneiras de otimizar o uso dos recursos. Nesta abordagem a

atividade inovativa não é entendida somente como fruto da introdução de tecnologias ou de conhecimentos produzidos externamente, mas, principalmente, como resultado de um trabalho contínuo e cotidiano de ajuste às condições que os agricultores dispõem e manejam.

Gazolla (2014) complementa ainda que quando as novidades ganham os espaços institucionais, geralmente caracterizam-se por serem novos mercados que foram construídos pelos agricultores para seus produtos e alimentos, em muitos casos, são cadeias curtas de comercialização, vendas coletivas, comércios em redes, novas entidades sociais com formatos organizacionais inovadores voltadas à comercialização dos produtos.

As cadeias agroalimentares curtas passam a ser uma solução para dois grandes problemas que afrontam os agricultores familiares. Um deles trata-se do crescimento constante do custo de produção, uma vez que inseridos em uma trajetória tecnológica, os agricultores acabam tornando-se dependentes do uso de insumos, como fertilizantes, sementes, entre outros, o que faz com que os custos da produção cresçam mais rapidamente do que os potenciais ganhos advindos do aumento de produção. O outro se trata dos intensos movimentos de mudança na sociedade, principalmente aos ligados a segurança alimentar (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012).

Para Cassol e Schneider (2017) as redes agroalimentares alternativas referem-se à oportunidade de diversos atores locais e instituições, organizarem-se estabelecendo vínculos entre si e moldando estratégias de comercialização para seus produtos tendo como base valores culturais e sociais. Em suma, elas referem-se aos atores que estão diretamente ligados em todas as esferas de produção, processamento, comercialização e consumo dos alimentos, e assim sendo, as redes agroalimentares alternativas possuem a capacidade de aproximar as relações entre produção, comércio e consumo dos alimentos.

Através dessa capacidade se obtém como resultados a renovação nos estudos rurais, ao passo que a questão do consumo passa a ser tida como central na análise do desenvolvimento rural. Desta maneira, a tese do consumo de alimentos e da construção social de mercado passa a ganhar destaque para problematizar e analisar as práticas e respostas ao modelo convencional de produção e consumo (CASSOL; SCHNEIDER, 2017).

Kischener, Kiyota e Perondi, (2015) constataram em suas pesquisas realizadas na região do Sudoeste do Paraná, que a carência de tecnologias poupadoras de mão de obra são fatores que podem contribuir para a saída dos jovens da agricultura. O incremento de tecnologias como forma de facilitar a vida cotidiana e as atividades que demandam maior quantidade de mão de obra, como as do leite e de aviários, poderiam favorecer a permanência do jovem no campo.

Segundo Savian (2014, p. 99) a sucessão geracional pode ser entendida como a criação de uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo e que assumem o comando do estabelecimento agropecuário, sendo a constituição de sucessores para a unidade de produção familiar. Os filhos dos agricultores são os possíveis sucessores e a permanência ou não destes no campo dependerá de condições objetivas internas e externas ao estabelecimento rural.

As perspectivas de futuro idealizadas pelos jovens rurais, consideram também as possibilidades de obtenção de renda. As atividades ligadas à agropecuária encontram na atualidade diversas dificuldades na produção, entre elas o acesso à tecnologia, custo dos insumos e problemas climáticos. A forma de comercialização, a inserção no mercado e preços baixos dos produtos agrícolas, que influenciam na obtenção de renda. Além disto, estas atividades contam com a sazonalidade na obtenção de renda e a dependência das condições naturais. A remuneração do trabalho do jovem rural pode acompanhar a sazonalidade da produção agropecuária e restringe o seu consumo individual, dificultando a circulação e o acesso a espaços de lazer (SAVIAN, 2014).

Menasche (2010, p. 210) relata que durante pesquisas no Rio Grande do Sul, mais precisamente durante conversas informais observou a presença de significativa rejeição ao meio rural entre os próprios jovens agricultores. Segundo a autora a *vergonha* da condição de morador do meio rural faz com que um rapaz minta a respeito de seu endereço, fornecendo à moça recém-conhecida um número de telefone que não é o de sua casa, mas da residência (urbana) de um amigo. Desse modo, o rapaz omite sua identificação rural, fazendo a moça pensar que ele vive na cidade.

Menasche (2010, p. 210) descreve ainda que na mesma localidade e ocasião, outro episódio pode contribuir para entendimento no nível de rejeição ao meio rural. Relata que durante as conversas, ouviu um rapaz, narrando uma briga entre duas irmãs, que uma dissera à outra com raiva: “tu há de casar com colono”. Naquele contexto, desejar a alguém que se case com um agricultor parece ser – seja por quem profere, seja por quem recebe – interpretado como praga.

Kischener, Kiyota e Perondi (2015) Constataram em suas pesquisas no sudoeste do Paraná que pelo menos em 32% do total das 50 famílias analisadas, existe a manifestação de um dos familiares em emigrar para a cidade e os principais motivos apresentados, pelos filhos (ou pais idosos) para a emigração são expressos nas seguintes falas: - “não gosta do serviço do interior” para os filhos mais novos; - “pela facilidade de estudar e possibilidade de ascensão social”, para

as filhas; - De modo mais genérico, pela “saúde, a agricultura mexe muito com veneno”; - ou “por causa de mordomia da cidade, pelo salário que, estando empregado, faça chuva ou faça sol, sairá ao final do mês trabalhado”.

Este processo de emigração não é novidade. Silvestro e Cortina (1998) já apontavam em suas pesquisas de campo realizadas no município de Saudades, localizado no oeste catarinense, um forte êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar, principalmente quando tratava-se de populações jovens. Evidenciaram que as moças deixam o campo antes e numa proporção bem maior que os rapazes. Sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria são os três termos em torno dos quais se desenrolam os processos sociais por que passa a formação de uma nova geração de agricultores.

Segundo Menasche (2010, p. 212) no contexto da rejeição ao rural, mostrou que deixar o campo pela cidade parece ser um desejo significativo entre as moças. Entre as narrativas de seus sonhos, uma jovem franze o nariz, fazendo cara de nojo, ao comentar a respeito do prato que a mãe preparava para o almoço do dia: polenta. Justamente pela comida ser típica da colônia, aos olhos daquela jovem parecia compartilhar o estigma associado à condição de agricultor. Esta rejeição do rural pelas mulheres não vem dos tempos atuais, pois autores renomados como Camarano e Abramovay (1999) também relataram sobre o fenômeno da masculinização do campo brasileiro.

Com relação à possibilidade de moças serem sucessoras, 77,36% dos pais entrevistados disseram que elas têm as mesmas chances que os rapazes; no entanto, apenas um terço delas julgavam ter as mesmas oportunidades. Além do papel subalterno das moças na organização da propriedade, ou por causa dele, elas manifestam explicitamente seu desagrado com a atividade agrícola. Em última análise, o que está em jogo aí é uma questão de poder: embora as mulheres participem do trabalho na propriedade no mínimo em condições iguais aos dos homens, elas não têm qualquer acesso às tarefas que envolvem algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão. Os autores já alertavam que os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar, formavam uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento (SILVESTRO; CORTINA, 1998).

Segundo dados do censo agro 2017 cerca de 34,3% dos produtores possuem mais de 60 anos de idade, 60,2% possuem idade de 30 até 60 anos e apenas 5,5% possuem menos de 30 anos. 81,3% são do sexo masculino, e somente 18,7% do sexo feminino. O número de pessoal ocupado em atividades agropecuárias é de 15 milhões, 9,2% menor comparado ao último censo realizado no ano de 2006. Deste total, 23% não são alfabetizados (IBGE, 2017).

4 Resultados e discussão

O estudo caracteriza-se como qualitativo e o campo de estudo foi o município de São Lourenço do Oeste-SC, localizado no Noroeste do estado de Santa Catarina, divisa com o Paraná, na Faixa de Fronteira Brasileira, há 110 km da Argentina. O município se estende por 361,8 km² e contava com 21.797 habitantes no último censo realizado em 2006. A densidade demográfica é de 60,3 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de São Bernardino, Vitorino Jupiá, São Lourenço do Oeste situa-se 22 km a Sul-Oeste de Pato Branco a maior cidade nos arredores (IBGE, 2006).

Os sujeitos de pesquisa foram 13 agricultores(as) familiares cadastrados(as) no PNAE em São Lourenço do Oeste-SC em 2018. Em primeiro momento realizou-se uma visita nas instituições que oferecem serviços voltados para o PNAE. Os servidores destas instituições auxiliaram nos contatos com os agricultores cadastrados.

A coleta dos dados a campo deu-se por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, que obedeceu a um roteiro de perguntas abertas e fechadas. Segundo Mattos (2005) neste tipo de entrevista os pesquisados terão liberdade para discutir o tema. Quanto a interpretação dos dados, avaliou-se os resultados encontrados no momento da entrevista, assim como focando no quadro teórico em estudo, podendo posteriormente, dar uma devolutiva dos resultados encontrados, buscando-se diferenciar tópicos significativos para a apresentação dos resultados e a análise a seguir.

Quanto à logística, todos os agricultores familiares (AF) entrevistados informaram que os produtos fornecidos para o PNAE são entregues com veículo próprio do agricultor, diretamente na Secretaria de Educação do município de São Lourenço do Oeste – SC.

4.1 Tecnologias e créditos para investimentos

Pode ser visualizado no Quadro 1, abaixo, as tecnologias e inovações implantadas para atendimento ao próprio PNAE e as eventuais mudanças na propriedade após a inserção dos agricultores familiares no PNAE. Outra questão foi se houve necessidade de financiamento de créditos do Pronaf para implantações de tecnologias ou inovações.

Quadro 1 – Tecnologias, inovações e créditos após a inserção no PNAE

Agric. Fam.	Tecnologias ou inovações necessárias para atender as demandas do PNAE?	Houve mudanças de tecnologias e inovações na propriedade?	Usou Pronaf para investimento?	(Caso resposta tenha sido não): Por que não?
1	- Veículo para transporte dos produtos;	- Não fez outros investimentos.	Não, utilizou	- Falta mão de obra para trabalhar.
2	- Embalagens, recipientes para armazenamento e transportes	- Ampliação da horta	Não, utilizou	-
3	- Aquisição de mudas de plantas frutíferas	- Não fez outros investimentos.	Não, utilizou	- O preço de leite não possibilitou investimentos.
4	- Reformas na agroindústria - Melhorias na propriedade - Reforma do veículo para transporte dos produtos, - Compra de embalagens equipam., caixas e rótulos	- Não fez outros investimentos.	Sim, utilizou	- Porque investiu na agroindústria.
5	- Recipientes para armazenamento e classificação dos produtos	- Não fez outros investimentos.	Sim, utilizou	-
6	- Aquisição de embalagens, caixas, equipamentos como geladeira e prensa	- Plantio de morangos, - construção de estufas	Sim, utilizou	-
7	- Aquisição e plantio de mudas frutíferas - Plantações de batata doce.	- Cercado para criar frangos caipiras, - Aviários para as galinhas poedeiras, - Silo para quirera. - Projeto de construir um barracão para as vacas, reforma da casa.	Sim, utilizou. Mas não para o PNAE	
8	- Construção de estufa	- Compra de equipamentos para o trator	Sim, utilizou. Mas não para o PNAE	-
9	- Instalação do sistema de irrigação, construção de cisternas		Não, utilizou	-
10	- Não fez investimentos.	- Não fez outros investimentos.	Sim, utilizou. Mas não para o PNAE	- Devido a propriedade estar bem estruturada e não haver a necessidade de investimentos.
11	- Maneira de embalar, pesar porções pequenas, rotular com data de fabricação e validade	- Agroindústria de panificados	Sim, utilizou	-
12	- Na forma de comercializar		Não, utilizou	- Devido a propriedade estar bem estruturada e não haver a necessidade de investimentos.
13	- Melhorias na estufa, - Compra de madeira, canos, mangas de gotejamentos, - Construção de cisternas.	- Comprou um trator, está implantando um aviário para a criação de codornas.	Sim, utilizou	-

Fonte: Quadro elaborado pelos(a) autores(a) a partir dos dados de pesquisa de campo.

Um dos questionamentos ao entrevistado, no caso de não ter havido nenhum investimento, foi para saber os motivos para ele não ter investido na propriedade. Outra questão foi sobre a ocorrência de algum investimento na propriedade para atender as demandas do PNAE, e quando as respostas foram positivas, perguntou-se se usaram o Pronaf para o investimento. Questionou-se, também, sobre as mudanças que aconteceram na propriedade? Se houve alguma inovação ou investimento que não foi para atendimento do PNAE? Se não houve, porque não investiram na propriedade.

Conforme disponibilizado no Quadro 1, percebe-se que as principais tecnologias e inovações foram a forma de comercializar com um contato mais direto entre produtores e consumidores, melhorias nos veículos para fazer o transporte dos produtos, a própria logística, a forma de embalar, pesar e rotular. Compra de maquinários, equipamentos e utensílios. Melhorias nas agroindústrias e investimentos em produções que possibilitem uma cadeia mais curta de produção, sem muita concorrência entre os agricultores. 38% dos entrevistados usaram o Pronaf, mas a maioria para investimentos na propriedade, lavoura e agroindústrias e não necessariamente para atendimento ao PNAE. São diversos os motivos que levaram alguns agricultores a não investirem na propriedade, como: a falta de mão de obra para trabalhar, a renda baixa, ou não haver a necessidade de investimentos.

4.2 Aspectos sociais e ambientais

Também se questionou aos entrevistados quanto suas perspectivas sobre os aspectos sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável referentes ao PNAE, por exemplo: Após o município aderir o PNAE houve mudanças na forma dos alunos se alimentarem? Existe alguma diferença na forma de produzir para o PNAE em comparação a produção para outros meios de comercialização?

Estão apresentados no Quadro 2 as inovações que a conexão PNAE e agricultura familiar trouxeram quanto à forma dos alunos se alimentarem e se existem diferenças no modo de produção para atendimento do PNAE e outros meios de comercialização. Visualizando-se o Quadro 2 verifica-se que todos os entrevistados acreditam que houve mudanças positivas na forma de os alunos se alimentarem após a parceria do PNAE com agricultura familiar. A merenda teve boa aceitação e é mais saudável. Isso acontece devido aos produtos serem mais naturais, fresquinhos e produzidos no próprio município.

Quadro 2 – mudanças na forma de alimentação dos alunos e de produção para o PNAE

Entrevistado	Na sua percepção, houve mudanças na forma dos alunos se alimentarem?	Diferença na forma de produzir para o PNAE ou outros mercados?
1	Sim, alimentação mais natural e saudável.	- Pesagem, maneira de embalar e logística.
2	Sim, mudanças positivas, alimento mais natural e uma boa aceitação por parte das crianças.	- Método mais facilitado de comercialização - Atendimento aos padrões de qualidade pré-estabelecidos no contrato de fornecimento para o PNAE.
3	Sim, mudanças positivas, alimento mais natural.	- Os produtos que entregam para o PNAE não são os mesmos que entregam para outros mercados, portanto necessitam de métodos diferentes.
4	Sim, mudanças positivas, alimento mais natural.	- Não há diferença no modo de produção, montaram um padrão e o seguem rigorosamente.
5	Sim, mais saudáveis e livres de agrotóxicos.	- Precisou se integrar na cooperativa.
6	Sim, mudanças positivas, alimento mais natural.	- Mantem a qualidade sempre.
7	Sim, mudanças positivas, alimento mais natural. Suas filhas, aprenderam a comer frutas, saladas e feijão na escola, vendo os colegas comendo, pois em casa não comiam.	- Para o PNAE só fornece orgânicos.
8	Sim, mudanças positivas. Produtos mais fresquinhos, entregues todo início de semana.	- A única diferença é o preço. Com o PNAE conseguem vender ao um preço melhor.
9	Sim, mudanças positivas. Na agricultura familiar não temos o selo de orgânico, mas mais de 90% são todos produtos orgânicos.	Tem um padrão igual para todos os mercados.
10	Sim, ficou mais completa.	Tem um padrão igual para todos os mercados.
11	Sim, pois os alunos estão se alimentando muito bem.	Tem um padrão igual para todos os mercados.
12	Sim, a filha estuda e volta satisfeita.	Tem um padrão igual para todos os mercados.
13	Sim, a merenda tem boa aceitação.	Tem um padrão igual para todos os mercados.

Fonte: Quadro elaborado pelos(a) autores(a) a partir dos dados de pesquisa de campo.

Outra mudança positiva é a menor quantidade ou até ausência de agrotóxicos e aditivos, quando comparadas as compras de grandes produtores, trazidos de outras regiões do país, além do incentivo aos alunos a criarem hábitos alimentares mais saudáveis, com introdução de feijão e saladas diversas na alimentação diária. Pode-se constatar também na análise do Quadro 2 que o programa contribui para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, culturais e ambientais. Quanto as diferenças nos modos de produção, a maioria afirma estabelecer um padrão dos processos que tanto servem para o PNAE, quanto para os demais mercados, bem como para a própria subsistência. Porém para o fornecimento ao PNAE foi necessário a integralização na cooperativa, atender aos padrões de qualidades e quantidades firmados no contrato de compra e venda dos produtos. O principal diferencial mesmo, é o melhor preço pago

pelo produto, devido a compra direta entre produtor e consumidor, sem necessidade de atravessador e sem muitos gastos com fretes de longas distâncias.

4.3 Permanência de jovens no campo

Torna-se perceptível a falta de sucessores familiares para continuidade da agricultura familiar em propriedades atualmente, em virtude disso, esta foi uma das questões levantadas para os entrevistados. Questionou-se se no entendimento deles, se as tecnologias e inovações trazidas com o PNAE contribuíram para a permanência dos jovens no campo? Se na propriedade deles terá sucessores após eles envelhecerem? E o que falta para incentivar os jovens a permanecerem na agricultura?

Entrevistado 1 - Quando questionado se o filho permaneceria na agricultura, respondeu que não pode garantir que permanecerá, mas acredita que sim, pois ele gosta de cuidar do pomar, entretanto fala em usar agrotóxicos, para controlar as ervas daninhas, sem perder muito tempo e sem a necessidade de muito esforço físico. Ainda segundo este entrevistado, o filho é caprichoso e está valorizando propriedade, porém já trabalha na cidade, vai para casa somente no final de semana. Ele esforça para que o filho volte, mas somente isso não basta, falta muito incentivo do governo.

Entrevistado 2 - Acredita que os dois filhos serão os sucessores, porém também fala da falta de políticas públicas que incentivem os jovens a terem mais renda na agricultura. Se eles têm renda eles permanecem, afirma o entrevistado.

Entrevistado 3 - Acha que contribui sim, pois é mais uma fonte de renda. Os jovens saem em busca de independência financeira. Não tem incentivo que faça eles permanecerem na propriedade e então eles vão trabalhar na cidade.

Entrevistado 4 – Afirma que sim, que o PNAE é um incentivo. Que o filho casou e construiu a casa a pouco tempo em cima da propriedade, já no intuito de dar continuidade aos trabalhos. Falta incentivo, se todos pudessem entregar um pouco de sua produção para o PNAE a situação hoje da agricultura seria diferente. Trabalhamos com uma cadeia mais curta de produção.

Entrevistado 5 - Já este agricultor acredita que o PNAE não seja suficiente para segurar o jovem na agricultura. Segundo ele: Não é algo que chame a atenção do jovem. Ele tem um filho de 15 anos e a intenção dele é ficar, ele quer fazer técnico agrícola. É bem complicado pra dizer o que

está faltando. Acha que um erro foi terminarem com as escolinhas do interior. Isso fez com que as meninas fossem trabalhar na cidade para poder estudar.

Entrevistado 6 – O entrevistado não sabe explicar o que está faltando para os jovens ficarem, pois comenta possuírem muitas facilidades no campo atualmente, como carro, telefone, internet, porém isso não reverte a saída dos jovens para centros urbanos.

Entrevistado 7 - Diz que as filhas já foram para a cidade e o rapaz por enquanto ainda permanece no interior, mas acha que falta incentivo do governo. O casal de agricultores entrevistados teve duas filhas, entretanto nenhuma delas mora com eles. Uma delas com 17 anos já foi trabalhar em Balneário Camboriú e outra também mora na cidade, mas é aqui pertinho, só vem nos finais de semana. Com o filho homem está sendo mais fácil, pois tem as vacas de leite. O problema é que o leite também, no ano passado estava com o preço baixo, o que dificultou também para o rapaz conseguir se manter no campo.

Entrevistado 8 – O PNAE está ajudando o filho e por enquanto ele está ficando e trabalhando na propriedade, mas tem muitos que não ficam. Também fala que precisava mais incentivo, mais orientação técnica.

Entrevistado 9 – Este agricultor tem 2 filhos, mas não tem muita esperança de que eles permaneçam e sejam seus sucessores. Ainda não sabe como será, mas também acha que faltam políticas públicas e incentivo. Em sua perspectiva: Se tivesse mais investimento por parte do governo por exemplo, se eles mandassem para o município um valor maior para aquisição de alimentos. Isso aumentaria, a produção, a renda, incentivaria o filho do agricultor a ficar. A juventude hoje em dia está estudando e indo trabalhar nas empresas. Acredita que infelizmente o PNAE terá uma durabilidade bem curta. O que falta são políticas que incentivem o aumento do consumo de produtos. Que criem consumidores que façam aumentar as demandas de produção.

Entrevistado 10 – No entendimento deste entrevistado o programa não ajudou muito. Os jovens querem estudar, trabalhar em escritórios, empresas, lojas, onde tem ar condicionado, querem conforto. As filhas meninas também não quiseram ficar e já estão na cidade.

Entrevistado 11 - Na propriedade deste agricultor a agricultura familiar terá continuidade. Os filhos estudaram e voltaram para o trabalho na agroindústria de panificação. Porém, segundo ele, faltam oportunidades de melhorar a renda.

Entrevistado 12 – Este entrevistado diz que sua propriedade não terá continuidade. Não tem sucessores que pretendem trabalhar no campo. Também reclama da falta de incentivos, sugere

que deveria ter mais palestras nas escolas, sobre a agricultura familiar, sobre uma alimentação mais saudável.

Entrevistado 13 – Acredita que o PNAE não contribui para a permanência dos jovens no campo. Segundo ele a renda é baixa, não tem mais incentivos, falta organização, falta também assistência técnica, quando surgem problemas não há técnico responsável para atender.

No Quadro 3 apresentam-se as interpretações que possibilitam analisar mais precisamente se as tecnologias e inovações trazidas com o PNAE são suficientes para atrair os jovens a permanecerem na agricultura. Também mostra se a propriedade dos entrevistados terá sucessores e quais os motivos levam os jovens a deixar a agricultura para trabalhar na cidade.

Percebe-se, no Quadro 3, que aproximadamente 70% dos entrevistados acreditam que as tecnologias e inovações trazidas com o PNAE, ajudam, entretanto, não são suficientes para manter o jovem na agricultura. Os 30% restantes afirmam que o PNAE contribui sim, pois é mais uma fonte de renda, e os jovens saem justamente a procura de renda, independência financeira. O agricultor que mais vendeu para o PNAE em 2017 conseguiu uma renda máxima de aproximadamente R\$ 5.000,00/ano, não ultrapassando R\$ 416,00 mensais.

No município de São Lourenço do Oeste são apenas 13 famílias cadastradas no PNAE, portanto inúmeros jovens nem ao menos conseguem comercializar neste nicho de mercado. Um fator para reflexão é o fato de apenas 54% dos entrevistados acreditarem ter um sucessor em sua propriedade, os demais não sabem como será o futuro, mas não têm perspectivas de continuidade de seus trabalhos.

Quadro 3 – o PNAE e a permanência do jovem na agricultura

Agric. Fam. entrevistado	Inovações trazidas com o PNAE contribuem para a permanência do jovem na agricultura?	Na sua propriedade terá sucessores?	O que faz com que o jovem deixe a agricultura para trabalhar na cidade?
1	Ajuda, mas somente isso não basta.	Acredita que sim.	- A falta de incentivo do governo.
2	Ajuda, mas somente isso não basta.	Acredita que sim.	- A falta política pública que incentivem o jovem a ter mais renda.
3	Sim, é mais uma fonte de renda.	Acredita que sim.	- A falta de incentivo, e de independência financeira; O trabalho na agricultura é pesado.
4	Sim, é um incentivo.	Acredita que sim.	- A falta de incentivo.
5	Não. Não chama a atenção do jovem.	Não.	- A necessidade de estudar faz com que muitas meninas saiam e não voltem; - A falta de mulheres na agricultura faz com que os homens também saiam; - A fonte de renda está cada vez menor, trabalham bastante e sobra pouco dinheiro; - O que está atraindo ainda alguns jovens a ficar são as vacas de leite.
6	Não.	Não.	- Não sabe dizer o que está faltando, pois em sua propriedade possuíam de tudo e nenhum permaneceu.
7	Não chega a ser suficiente.	Acredita que sim.	- A falta incentivo do governo; - A falta de mulheres na agricultura; - Problemas de saúde que dificultam a lida no campo. - Necessidade de saírem para estudar e acabam não retornando.
8	Sim, o filho por enquanto está ficando.	Acredita que sim.	- A falta de incentivo do governo e de orientação técnica.
9	Não é suficiente.	Não.	- A falta de políticas públicas e incentivo. - Falta de renda e de políticas que incentivem o aumento do consumo dos produtos da agric.familiar.
10	Não ajudou muito.	Não.	- Saem em busca de um trabalho mais leve; mais confortável, com menos esforço físico e um local de trabalho limpo, - Conviver com mais pessoas, neste sentido.
11	Sim, devido a produzirem para o PNAE de outro município.	Acredita que sim.	- A falta de oportunidades de melhoria na renda dos jovens - Falta de incentivos do governo.
12	Não.	Não.	- A falta de incentivos e de palestras nas escolas sobre a agricultura familiar e uma alimentação mais saudável.
13	Não, pois a renda recebida é muito baixa.	Não.	- A renda baixa e a falta de organização, - Falta de assistência técnica quando a produção apresenta algum problema.

Fonte: Quadro elaborado pelos(a) autores(a) a partir de dados de pesquisa de campo.

No entendimento dos agricultores, são inúmeros motivos que fazem com que os filhos deixem a agricultura para ir trabalhar na cidade. Entre eles estão, a falta de incentivo do governo, falta de políticas públicas que gerem renda aos jovens, a falta de políticas que incentivem a

população aumentar o consumo de produtos da agricultura familiar. Falta de políticas de incentivo as filhas de agricultores, pois são as primeiras a sair da roça. A renda cada vez mais baixa, a falta de informação e orientação de quantas possibilidades podem ter de trabalho na agricultura e seu retorno financeiro, bem como a busca pela renda fixa, férias, décimo terceiro e um ambiente de trabalho mais limpo e com mais conforto, são os principais motivos que levam o jovem a deixar a agricultura, segundo os entrevistados.

5 Considerações Finais

A problemática inicial desta pesquisa foi identificar quais tecnologias e inovações foram implantadas nas propriedades dos agricultores familiares de São Lourenço do Oeste, bem como, se a parceria PNAE e agricultura familiar serve de incentivo para a permanência do jovem no campo. Buscando também entender quais as contribuições destas inovações para o fortalecimento e continuidade da agricultura familiar pelos sucessores destes agricultores, bem como, para o desenvolvimento sustentável.

Entre as novas técnicas implantadas após a inserção no PNAE estão: a compra do carro para entrega dos produtos, com uma logística própria, compras de embalagens e caixas para embalar, transportar e armazenar os produtos. Plantio de novas variedades de árvores frutíferas. Instalação, ampliação e reformas das estufas ou hortas para o plantio de legumes e hortaliças. Compras de recipientes para armazenagem de produtos. Equipamentos para irrigação das hortaliças. A própria plantação de milho verde, pepino e de batata doce que antes era só para a subsistência familiar, e agora é plantada em maior quantidade para servir também para comercialização. A própria forma de comercialização com um contato mais direto com o consumidor, sem atravessadores também é considerada uma inovação. Frutas como a laranja e a bergamota que antes caíam dos pés e acabavam estragando, agora tronaram-se uma fonte de renda.

Quanto a utilização do crédito disponível para investimentos na propriedade, apenas 62% dos agricultores familiares entrevistados estão usando ou já utilizaram o Pronaf. Os restantes afirmam não fazer financiamentos para evitar se envolverem em dívidas, ou por realmente não sentir a necessidade de investimentos. Dos que utilizaram, a grande maioria destinou o recurso para o investimento na lavoura, compra de máquinas e equipamentos, plantação de milho e silagem para as vacas de leite, compras de tratores e acessórios. Alguns não investiram nada na

propriedade e os motivos foram bem variados, um por entender que não havia necessidade, pois está bem investida e por uns tempos é necessário apenas manter, outros ficaram pagando contas, estavam endividados devido ao baixo preço do leite no ano passado

Quanto aos aspectos sociais e ambientais referentes ao desenvolvimento sustentável, todos os entrevistados acreditam que após o município aderir a parceria agricultura familiar e PNAE os alunos passaram a ter mudanças positivas na alimentação, sendo mais nutritiva, com alimentos mais naturais, portanto, mais saudáveis, menos produtos industrializados, menor quantidade de aditivos ou conservantes químicos. Acredita-se que esta é a principal inovação ocasionada com a parceira PNAE e agricultura familiar. A merenda composta de “comida de verdade” teve boa aceitação, as crianças retornam a suas casas bem alimentadas, o que pode ter contribuído também para a redução da fome no município. Apesar dos agricultores afirmarem não alterar os processos de produção quando vendem para o PNAE ou quando a venda é para outros mercados, apontam o uso da menor quantidade possível e até mesmo ausência do uso de agrotóxicos, além de atender os padrões de qualidade exigidos.

As novas técnicas, ou inovações encontram-se na maneira de embalar os produtos, que agora precisam estar com a pesagem, embalagens e rótulos no padrão. Data de fabricação e validade, preferencialmente no mesmo tamanho, pesados com a quantidade de produto correspondente ao rótulo de embalagem. Os produtos precisam atender aos padrões de qualidades e as normas da vigilância sanitária. São armazenados em caixas, transportados e entregues nas segundas e terças-feiras a Secretaria da Educação do município. O sistema da logística funciona com o veículo particular ou com algum freteiro contratado pelo próprio agricultor, uma vez que, a cooperativa não possui um veículo a disposição para este serviço.

Outra inovação que o PNAE trouxe, mostra-se na maneira de comercializar, pois trata-se de uma cadeia curta de produção, onde aproxima o produtor do consumidor. Este sistema proporciona inúmeras oportunidades, como: Obtenção de maior valor agregado pelo encurtamento dos elos da cadeia produtiva; Recebimento de maiores preços pelos alimentos, em relação aos pagos no mercado tradicional; a ampliar cadeias curtas e vendas; Possibilidade de inovar e diversificar portfólio de produtos e processos agroalimentares; Crescente reconhecimento da importância pelo Estado em diferentes níveis institucionais; Os alimentos em muitos casos são artesanais, étnicos, orgânicos, da agricultura familiar, agroecológicos, entre outros.

Quanto a questão referente ao PNAE contribuir ou não para a permanência do jovem no campo, constatou-se que, na perspectiva de mais de 61% dos agricultores entrevistados, apesar de ser uma forma de incentivo, mais uma fonte de renda, um jeito novo de produzir com novas tecnologias e inovações na maneira de produção, embalagem e escoamento da produção, valorizar a agricultura familiar, o programa não é suficiente para atrair os jovens a permanecerem no campo. Falta a inserção de mais políticas públicas, de incentivos, mais formas de renda e valorização da produção.

Ainda na visão dos agricultores familiares o PNAE é um programa interessante, sobretudo, pelo preço pago pela produção ter um valor atrativo, ou seja, maior que outros meios de comercialização. Entretanto a quantidade vendida é pouca, conseqüentemente a receita obtida com a venda é muito baixa. O valor máximo de venda permitida para cada bloco de produtor, é de R\$ 20.000,00 por ano. Já não é um valor alto, porém ainda somente uma pequena quantidade é comercializada para este setor, não ultrapassando o valor de R\$ 5.000,00 por agricultor/ano.

Por se tratar de uma cooperativa, todos os integrados precisam ter oportunidades iguais de comercialização, entretanto, vários agricultores cooperados cultivam os mesmos produtos, e conseqüentemente, no momento da venda existe muita concorrência entre eles e uma parcela pequena da produção acaba sendo destinada ao PNAE, que além de levar um tempo para o valor chegar nas mãos dos agricultores, ainda 10% da receita fica com a cooperativa. Grande parte da produção acaba tendo que ser destinada aos mercados tradicionais que pagam um valor baixo pelo produto, pois precisam revender por um valor mais alto para obter o lucro, e quando o mercado não compra, estes precisam ser vendidos de porta em porta, pois na maioria das vezes trata-se de produtos perecíveis, que estragam com facilidade.

Durante a pesquisa percebeu-se que algo que também precisa ser modificado é o tratamento que a própria sociedade tem para com o pequeno agricultor. Que o cultivo da agrobiodiversidade é essencial para a alimentação humana de qualidade, e que somente a agricultura familiar presta este trabalho.

Outra observação que foi perceptível durante as entrevistas, é que as propriedades que terão sucessores, são os filhos homens. As filhas mulheres já nem estão mais nas propriedades. O que precisa também ser pensado é algo que valorize o trabalho da mulher na agricultura e que passem a administrar as propriedades.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, v. 363 p. 21, 2010.
- _____. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos Alunos da Educação Básica*. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 8 mar. 2018.
- _____. SEAFDA. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, Ipea, n. 621, 1999.
- CASSOL, A; SCHNEIDER, S. *Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sócias, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS*. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- FRANÇA, Caio Galvão de.; DEL GROSSI, Mauro Eduardo.; MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.
- EL TUGOZ, J. et al. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar*. Revista Sustentabilidade e Responsabilidade Social, Belo Horizonte, v. 3, p. 81-91, 2017.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul*. Revista de Economia e Sociologia Rural, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.
- GAZOLLA, Márcio. *Enfoques teóricos em tecnologia e inovação: aplicações aos estudos em desenvolvimento rural*. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS. v. 1, p. 135-152, 2014.
- GAZOLLA, M. *Por que muitos agricultores não formalizam o comércio de alimentos através das cadeias curtas?* In: Marcio Gazolla e Sergio Schneider. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, v. 1, p. 445-472.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Calendários produtos previstos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. *Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais*. Mundo Agrário: Memória Acadêmica, La Plata, v. 16, n. 33, p.01-29, dez. 2015. Disponível em: <www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7114/pr.7114.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. *Fundamentos da metodologia científica*. n. 7. São Paulo: Atlas, 2010.
- MERA, C. P.; DIDONET, G. B. *Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS)*. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 45-58, 2010.
- MENASCHE, Renata. *Campo e Cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa*. *Ruris*, Campinas, v. 3, p. 195-218, 2010.
- MOREIRA, R. J. *Críticas ambientalistas à Revolução Verde*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2000, p. 39-52. X World Congress of Rural Sociology – IRSA e no XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober, Workshop n. 38. Greening of agriculture. Rio de Janeiro, 2000.
- OLIVEIRA, Daniela; GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. *Produzindo novidades na agricultura familiar: Agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural*. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 28, n. 1, p.17-49, jan. 2011.
- RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. M. *Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 54, n. 2, p. 261-280, 2016.
- SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. *Cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC*. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewFile/8028/8030>>. Acesso em: 06 de março de 2018.
- SAVIAN, Moisés. *Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?* *Revista Espaço Acadêmico*, Lund/copenhagen, v. 14, n. 159, p.97-106, ago. 2014.
- SILVA, J. G. *A atualidade da agricultura familiar. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2013. v. 1, p. 11-12.
- SILVESTRO, Milton Luiz. CORTINA, Nelson. *Desenvolvimento rural. Desenvolvimento rural sem jovens?* *Agrop. Catarinense*, v.11, n.4, dez. 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 04 nov. 2018.